

**Resumo:** Sobre o pobre no cristianismo há historicamente e ainda hoje em dia, duas maneiras completamente diferentes de tratar o assunto. Estas se explicam porque há duas interpretações do próprio cristianismo. A interpretação predominante considera que o cristianismo é uma religião, e que essa religião foi fundada por Jesus. Nessa interpretação do cristianismo, os pobres não ocupam um lugar importante. Outra interpretação, que parte dos evangelhos e dos demais escritos do Novo Testamento, constata que Jesus não quis fundar uma religião. Era judeu, e criticou radicalmente não somente os doutores, os sacerdotes, os fariseus, mas a própria religião que defendiam. O anúncio de Jesus não se refere à religião, mas ao Reino de Deus. Há duas concepções de Deus na humanidade: a que é comum a todas as religiões, e a que Jesus revelou. A relação de Deus com os pobres é muito diferente nas duas concepções. Em Jesus, o Pai não fez a experiência de uma humanidade “comum a todos”, mas fez a experiência de uma vida humana no meio dos oprimidos. Descobriu o que é ser oprimido, rejeitado, maltratado, condenado e crucificado. Mesmo assim, a maioria da hierarquia e do clero não o entende e permanece fiel à visão religiosa, como se a religião fosse um fim em si, um valor absoluto e definitivo, uma realidade intocável e sempre legítima. O resultado é conhecido: os pobres estão longe da Igreja. O Documento de Aparecida renova a opção pelos pobres, mas de forma muito ambígua.

**Abstract:** In Christianity we have two different ways to specify the proposition concerning the poor. The explanation is based on two interpretations in Christianity itself. One interpretation is predominantly concerned with Christianity as a religion founded by Jesus himself. According to this interpretation the poor do not occupy an important place. On the other hand, starting from the Gospels and the New Testament writings as a whole, it appears that Jesus did not want to found a religion. He was a Jew but criticized radically not only the Jewish theologians, the priests and Pharisees, but also the religion which they followed. It is to be noted, that the preaching of Jesus does not refer to a religion but to the Kingdom of God. In fact, there are two conceptions of God dominant in humanity: one which is common to all religions, and the other which Jesus revealed. The relationship between God and the poor is quite different in both of the aforementioned conceptions. Jesus discloses God the Father who had no experience of humanity “common to all beings”, but had the experience of human life among the oppressed. He discovered what is being oppressed, rejected, mistreated, condemned, and crucified. In spite of all this, the majority of holders of office in the hierarchy and the clergy does not understand it and continues unchanged in their vision of religious life, as if religion were an aim of itself, an absolute and definitive value, an untouchable and legitimate reality. The result is well known: the poor are situated afar from the Church. The Document from Aparecida renews the option on behalf of the poor, but in very ambiguous terms.

## O pobre, critério para a profecia<sup>1</sup>

José Comblin †26-03-2011, in memoriam\*

\* Nascido em 1923, na Bélgica, doutorou-se em Teologia em Louvain e veio para o Brasil na década de 60, lecionando no Recife. Expulso do Brasil pela Ditadura, em 1972, lecionou no Chile e em Louvain e retornou ao Brasil, escrevendo inúmeros artigos e livros, tendo sido um dos maiores representantes da Teologia da Libertação. Faleceu na Bahia, em 26-03-2011.

<sup>1</sup> Capítulo do livro coletivo *Opção pelos Pobres no século XXI*, org. Pedro A. Ribeiro de OLIVEIRA, Ed. Paulinas, São Paulo, 2011, pp. 181-201.



Sobre o pobre no cristianismo há historicamente e ainda hoje em dia, talvez mais do que nunca hoje em dia, duas maneiras completamente diferentes de tratar o assunto. Estas se explicam porque há duas interpretações do próprio cristianismo.

A interpretação predominante considera que o cristianismo é uma religião, e que essa religião foi fundada por Jesus. Essa religião é tudo aquilo que está presente na Igreja católica. Claro que todos sabem que essa religião não foi tão desenvolvida desde o início. Ela se desenvolveu no decorrer dos séculos, mas dizem que foi sempre de modo homogêneo, de tal sorte que tudo tem a sua origem em Jesus. A religião católica representaria a tradição nascida de Jesus, e ela sempre lhe foi fiel e transmitiu através dos séculos a estrutura definida inicialmente pelo próprio Jesus. Se não se encontra a raiz de tal instituição, tal dogma ou tal rito no Novo Testamento, tudo aquilo é atribuído a uma tradição oral. Os apóstolos transmitiram mais do que aquilo que está escrito no Novo Testamento, e por isso devemos levar em conta também as tradições orais que vêm dos apóstolos.

Nessa interpretação do cristianismo, os pobres não ocupam um lugar importante. Eles são objeto até privilegiado da caridade que é o grande preceito de Jesus. Mas eles não têm nenhuma missão ou nenhum significado especial. Graças a eles, os cristãos podem praticar a virtude da caridade. Isto não afeta em nada nem o dogma, nem o culto, nem a organização eclesíastica, não afeta em nada a própria Igreja. Assim dizia um dia o cardeal Daniélou, um dos importantes teólogos franceses do século XX: “A questão dos pobres é objeto de um parágrafo, de um artigo, de um capítulo do tratado da caridade”, um dos tratados das virtudes teológicas.

Nessa interpretação, que é muito tradicional, ainda que nunca tivesse sido unânime, a Igreja lê o novo Testamento à luz da sua teologia oficial, ou seja, à luz da consciência que tem de si mesma. Os biblistas procuram no Novo Testamento a raiz de tudo o que se acha na Igreja atual, e se não a encontram, invocam o testemunho de escritores dos primeiros tempos, que derivaria das próprias palavras dos apóstolos.

No entanto, nos últimos séculos, implantou-se dentro da Igreja um método científico de ler a Bíblia a partir dela mesma, e não a partir da teologia escolástica. O desenvolvimento das ciências históricas, e



filológicas, chegou à conclusão de que o início do cristianismo não foi aquilo que a teologia tradicional dizia. Também descobriram que muitas vezes os testemunhos da chamada “tradição” já aparecem muito tarde e não se tem nenhum argumento para crer que representam uma tradição que vem dos apóstolos.

Daí uma dualidade de métodos teológicos : por um lado, uma teologia que parte de si mesma e da observação da Igreja atual. Há outra teologia que parte da Bíblia e da história da Igreja primitiva. Na Igreja católica, houve muita resistência contra essa teologia de tipo indutivo e uma forte defesa da teologia dedutiva. Mas a pressão da outra foi aumentando com o tempo durante o século XX e o concílio Vaticano II promoveu o estudo da Bíblia, e, com isso, autorizou de fato uma teologia indutiva. A teologia da libertação é um dos frutos dessa nova tolerância.

Na prática, a separação ainda não desapareceu da Igreja católica e continua provocando conflitos sobre problemas fundamentais. Na faculdades de teologia e nos seminários ensinam-se duas teologias. Uma é a teologia indutiva, a partir da Bíblia e da história do cristianismo. Outra é derivada da antiga teologia escolástica e dos grandes autores medievais e pratica o método dedutivo. No concreto, a que predomina é a teologia dita dogmática ou sistemática, que é a teologia dedutiva tradicional. A teologia a partir da Bíblia e da história fica marginalizada e não muda a teologia tradicional. Na prática, ela não interfere. Apesar das aulas de exegese bíblica, os alunos aprendem a ler a Bíblia à luz da teologia escolástica e não a partir dela mesma. Claro está que em muitos lugares ainda não se entendeu o que aconteceu no Vaticano II, como conclusão de um século de estudos dentro da Igreja católica.

Nos últimos anos, como consequência de uma implicação crescente de certos católicos com o mundo atual, isto é, com os seus problemas e conflitos, com o seu desenvolvimento intelectual e com a evolução da religião nas massas como nas elites intelectuais, cresceu muito a outra interpretação do cristianismo. Esta nunca foi ausente na Igreja, mas não foi reconhecida oficialmente. Era minoritária, ainda que tivesse sido representada por Santos ilustres e grandes místicos, reconhecidos pela instituição que procurou interpretar a sua vida à luz da teologia oficial.

Hoje em dia, esta outra interpretação do cristianismo vai crescer na medida em que a Igreja se abra ao mundo. Se ela se fecha no gueto,



continuará buscando apoio e legitimidade na antiga teologia escolástica. Se se abre ao mundo exterior, vai ter que interpretar-se à luz do desenvolvimento intelectual da nossa época. No século XIII, o mundo era a filosofia grega e sobretudo Aristóteles. Hoje em dia, o mundo mudou.

Esta outra interpretação que parte dos evangelhos e dos demais escritos do Novo Testamento, constata que Jesus não quis fundar uma religião. Era judeu, e criticou radicalmente não somente os doutores, os sacerdotes, os fariseus, mas a própria religião que defendiam e que Jesus não reconheceu como a verdadeira expressão da vontade do Pai. Jesus não se opôs à prática religiosa do povo. Não propôs outra religião. Sempre se considerou como judeu, seguindo a herança de Abraão. Veio como um profeta que quer reformar a religião do povo de Israel e todo o seu comportamento, toda a sociedade de Israel. Queria libertar Israel de todas as ataduras, mas não queria formar outra coisa ao lado de Israel. Praticamente esvaziou o judaísmo de todo o seu aparelho religioso que, para ele, não eram a expressão das promessas feitas a Abraão. Jesus quis ser fiel ao verdadeiro Israel e por isso esvaziou o sistema religioso. Mas não quis fundar outra religião.

Por isso Jesus não fundou nenhum culto, não enunciou nenhuma doutrina sobre Deus, e não criou nenhuma instituição religiosa. O anúncio de Jesus não se refere à religião, mas ao Reino de Deus. O Reino de Deus é a libertação do reino da dominação, da injustiça, da opressão. É um mundo renovado, uma nova criação de um mundo de justiça e de fraternidade. É uma denúncia do Império romano. Pois proclamar que Deus vai ser rei é anunciar a ruína do poder de César. E Jesus foi condenado à morte por ter sido denunciado como aquele que queria ser rei. O reino de Deus é o reino que todos os judeus piedosos esperavam diante da decadência do povo de Israel, por causa da corrupção das elites que tinham feito da religião o meio de se autopromoverem.

Jesus veio para não somente anunciar, mas inaugurar um mundo novo. Os apóstolos foram enviados ao mundo inteiro para anunciar esse mundo novo sem dominação, sem opressão, o advento da promessa feita a Abraão, e todos os povos deviam ser a herança prometida a Abraão. Jesus não disse quanto tempo duraria o anúncio e a criação desse mundo novo.



O que Jesus chamava à fé era acreditar nesse advento de um mundo novo. Não ensinava uma doutrina, mas somente pedia a fé. Não se apresentou como objeto de culto. Não quis ser adorado. Manifestou-se como um pobre artesão da Galileia. Queria ser seguido. Queria que os seus seguidores seguissem o mesmo caminho. Ele já tinha iniciado o reino de Deus pela sua ação. Queria que os seus discípulos continuassem. Não quis poder nenhum. Mais tarde, bem mais tarde, como 50 anos depois, os discípulos, os que não tinham conhecido Jesus, começaram a querer combinar a mensagem de Jesus com uma religião. Todos, judeus ou pagãos de origem, tinham uma religião. Naquele tempo ninguém podia viver sem religião. A religião era uma necessidade, a primeira necessidade. Não queriam ficar sem religião. A formação de uma religião a partir da mensagem de Jesus durou mais de um século. Com Hipólito de Roma, no final do 2º século, já podemos dizer que nasceu uma religião que se apresentou como a religião de Cristo.

Cristo tornou-se objeto de culto. A sua divindade foi cada vez mais afirmada, deixando na sombra ou no esquecimento a sua vida terrestre e o significado dessa vida. A ceia tornou-se um rito que em breve receberia a qualidade de sacrifício. Jesus tinha suprimido os sacrifícios e a carta aos Hebreus afirma que, com Jesus, cuja morte e ressurreição foi o sacrifício definitivo, não há mais sacrifício. Mas com a ajuda de artificios teológicos, conseguiram fazer da ceia um sacrifício, dando dessa maneira satisfação à necessidade do povo cristão. Começaram a elaborar fórmulas de doutrina e a identificar pouco a pouco a fé com a aceitação dessa doutrina. Assim nasceram os símbolos de fé

Em inícios do segundo século, em cada cidade começa a afirmar-se uma estrutura feita de um bispo assistido por presbíteros e diáconos. Jesus tinha suprimido os sacerdotes. Mas, com a transformação da ceia em sacrifício, os ministros tornaram-se de novo sacerdotes. A ceia foi reservada aos sacerdotes, embora durante cem anos e mais tenha sido realizada em casas de família e presidida pela pessoa que nessa casa presidia as refeições e as orações.

O evangelho de Jesus não foi esquecido, mas em muitos cristãos os atos religiosos, atos simbólicos, tomaram o lugar dos atos reais de formação e crescimento do reino de Deus no mundo real. Com a entrada oficial da Igreja no Império romano com Constantino e Teodósio, a



parte religiosa cresceu muito. A Igreja assumiu o papel de religião do Império, religião obrigatória. As suas atividades religiosas eram parte da atividade política do Império.

Com essas condições, a tentação era grande de considerar que o Império romano tornado cristão era a realização terrestre do reino de Deus. A mensagem de Jesus estava realizada: estava realizado o reino da justiça e da fraternidade. O problema era que a realidade não era bem assim. Mas era difícil voltar à mensagem de Jesus sem ser rebelde ao Império. E assim a história continuou com cada vez mais insistência no religioso. Chegou-se até o ponto de declarar que a Igreja é essencialmente religiosa.

A mensagem de Jesus sobre o reino de Deus não foi esquecida. Sempre houve algumas testemunhas lúcidas e fieis. Mas durante séculos elas tiveram muita dificuldade para ser ouvidas e provocaram conflitos, dos quais saíam habitualmente vencidos.

## Jesus e sua obra

Voltemos a Jesus e à sua obra na terra, obra que continua sendo a norma oficial da Igreja. Trata-se de seguir Jesus tomando como exemplo a sua vida terrestre.

Dentro da mensagem de Jesus e da sua obra, os pobres estão no centro. Eles ocupam o lugar de maior visibilidade. O Pai escolheu os pobres para realizar o seu Reino na terra. A criação de um mundo novo tem como centro a libertação de todos os oprimidos. Por isso, Jesus busca os oprimidos e lhes anuncia com gestos e com palavras a salvação, não no céu, mas aqui na terra. O amor do Pai consiste em libertar os oprimidos. Não é um amor puramente espiritual ou interior, mas um amor prático e real, dentro da vida terrestre tal como é na sociedade atual.

Por isso, Jesus nasceu e cresceu no meio dos pobres, falou para os pobres, curou os pobres, escolheu os seus apóstolos entre os pobres, morreu como o mais pobre despojado de tudo o que é humano. O evangelho de Marcos, que é o mais antigo, é também o mais contundente. Foi a obra de um profeta cristão já consciente da inclinação de muitos para o religioso, esquecidos da vida de Jesus.



Por ser opção pelos pobres, a vida de Jesus foi eminentemente conflitiva. Depois de pouco tempo já começou o conflito com as elites de Israel. Depois de mais ou menos três anos, segundo a maior probabilidade, o conflito tornou-se tão agudo que Jesus foi denunciado e condenado por todas essas elites do seu povo e pelo Império romano. Não durou nem 3 anos, porque o conflito era realmente radical.

Os pobres não foram eleitos porque seriam mais religiosos. Pelo contrário, eram tratados como pecadores, ignorantes da lei. Mas Jesus não se preocupava com isso. A preocupação de Jesus era a opressão. Os pobres foram escolhidos porque eram oprimidos, e o reino de Deus era o fim da opressão e o advento da justiça e do perdão das dívidas. Os antigos profetas já tinham ensinado que Deus não quer sacrifícios, mas quer justiça e misericórdia<sup>2</sup>.

Há duas concepções de Deus na humanidade. A relação de Deus com os pobres é muito diferente nas duas concepções.

## O Deus comum

Há uma concepção de Deus que é basicamente comum a todos os povos e todas as religiões. Há um Deus que é autor da vida e criador do mundo. Tudo subsiste graças a ele. Este Deus nem sempre intervém em todos os pormenores da vida diária: para isso há divindades inferiores, espíritos, entes celestiais que se comunicam com os seres humanos e lhes trazem benefícios ou castigos. Mas tudo deriva em definitiva do Deus criador. Esse Deus intervém também diretamente nos grandes acontecimentos, nos cataclismos, nos fenômenos extraordinários da natureza

<sup>2</sup> Antes de continuar este artigo, queria chamar a atenção dos leitores que ainda não conhecem a teologia atual. Sugiro que leiam três livros e talvez quatro. Primeiro, Ched MYERS, *Binding the strong Man. A Political Reading of Mark's Story of Jesus*, Orbis Books, Maryknoll, Nova Iorque, 1988 (tradução brasileira: O Evangelho de São Marcos: Grande Comentário Bíblico), Edições Paulinas, São Paulo, 1992. Depois, Joseph MOINGT, S.J., *Dieu qui vient à l'homme*, 3 vol., Cerf, Paris, 2002-2006. Também Juan Luis SEGUNDO, *La historia perdida y recuperada de Jesús de Nazaret*, Sal Terrae, Santander, 1991. Discretamente, eu mencionaria também os dois tomos da cristologia de Jon SOBRINO, *Jesucristo liberador*, Trotta, Madrid, 1991; *La fé en Jesucristo*, Trotta, Madrid, 1999. Pensando em Jon Sobrino, sempre me lembro das palavras do Cardeal Marty, arcebispo de Paris, que tinha sido encarregado de comunicar ao Padre Congar a condenação romana, proibição de ensinar e até de residir na França, porque só a presença física dele já podia contaminar toda a França: "Meu padre, não fique aflito demais. Daqui a 10 anos, todo o mundo pensará como você".



como nas tempestades. Ele marca também a hora do nascimento e da morte de cada um. Esse Deus estabeleceu leis para o gênero humano. Quem obedece será recompensado, e quem não obedece será castigado, já nesta vida. Esse Deus quer ser reconhecido e adorado. Quer que se lhe ofereçam louvores, gratidão, presentes, como os sacrifícios. Ele atende às orações mas nem sempre. Ninguém saberia dizer porque atende a um pedido e não a outro. Em todo caso, é preciso pedir com insistência. Ele governa o mundo, mas de longe, nas grandes circunstâncias. Ele dá a vitória nas guerras, e, por isso cada partido procura invocá-lo com mais força. O seu atributo fundamental é o poder. Ele é o “Deus eterno e todo-poderoso” das orações do missal romano. Pois nesse missal há uma grande parte que não procede do evangelho de Jesus, mas da figura comum de todas as religiões.

O Deus comum foi reconhecido pelos grandes filósofos, que o purificaram dos antropomorfismos e lhe deram um caráter mais abstrato. Assim aconteceu na filosofia grega, que teve tanta importância no desenvolvimento da teologia cristã. Esse Deus do povo e dos filósofos trata a todos os homens como iguais. Não faz acepção de pessoas, ainda que muitas culturas tenham achado que Deus tem uma preocupação especial pelos grandes deste mundo. Os que têm poder, estão mais perto de Deus, porque participam mais da sua essência. Podem conseguir mais, mas também podem ser castigados com mais severidade, com aparece no Antigo Testamento.

Esse Deus não faz diferença entre ricos e pobres. É igual para todos. Faz diferença entre os que obedecem, e os pecadores; entre os religiosos, e os ímpios. Ele respeita as estruturas sociais que muitas vezes se atribuem a ele no seu ato criador. Ele é muito religioso. Muitas religiões lhe atribuem a sua fundação. Por isso, a religião ocupa um lugar importante na vida e os poderosos são particularmente religiosos porque sentem que a religião é o que legitima o seu poder. Porque são poderosos, acham que Deus é um cúmplice: entre poderosos, eles se entendem melhor.

Por isso, as religiões são sempre conservadoras. Sustentam o poder dos governantes, ou somente destroem o poder deles se não respeitam a religião. Socialmente elas são conservadoras, porque atribuem a Deus a situação social. As religiões são inimigas das revoluções.



Se os cristãos foram tão conservadores e lutaram tanto contra todas as mudanças sociais, é porque o seu Deus era o Deus comum a toda humanidade. Esse Deus não é cristão, ainda que tivesse tido tanta penetração na Igreja.

Essa era com certeza a concepção de Deus que tinham os apóstolos antes de conhecer Jesus. Por isso, os evangelhos narram que muitas vezes os apóstolos não entendiam o que Jesus dizia, sobretudo quando falava da perseguição e da morte que Ele havia de sofrer. O seu Deus era o Deus do poder. Os judeus que se converteram partiam da mesma ideia, e os pagãos também, e com mais força, tinham essa concepção de Deus em que o poder ocupa o lugar central. Consciente ou inconscientemente, essa religião prévia que tinham quando se fizeram cristãos, não desapareceu logo. Ela se misturou de maneira desigual com a revelação de Deus que está nos evangelhos.

Com a entrada do cristianismo no Império, como religião oficial, o poder de Deus era o fundamento do poder do Imperador e devia ser exaltado. Esse Deus era muito vingativo. Exigia um culto permanente. Exigia a obediência total e castigava todos os pecados que eram precisamente as faltas contra a lei. Por isso a morte de Jesus foi interpretada cada vez mais como expiação pelos pecados dos homens, porque Deus exige reparação das ofensas recebidas da parte da humanidade.

Esse Deus é poder, que exige respeito e submissão. Ele é justo no sentido que exige uma reparação adequada por todas as faltas que são tidas por ele como ofensas ao seu poder. Essa concepção de Deus penetrou profundamente na liturgia, que se desenvolveu exatamente quando começou a integração da Igreja no Império. Deus foi adorado como “Deus todo-poderoso e eterno”. Depois do Vaticano II houve algumas mudanças na liturgia, mas grande parte do antigo missal permaneceu.

Hoje em dia, movimentos e grupos fanáticos querem voltar ao missal de Pio V, que foi a síntese da teologia imperial da cristandade. É a nostalgia da cristandade e do poder. Querem impor uma religião do medo que a Igreja quis impor durante tantos séculos de cristandade e da qual os católicos cada vez mais numerosos se afastaram, sobretudo depois de Vaticano II. Esses movimentos se inspiram mais no Antigo Testamento do que no Novo. Desse modo, se a Igreja oficial ceder diante



da chantagem desses fanáticos, ela se afastará de novo dos evangelhos e da revelação para voltar à religião imperial.

O povo cristão nunca aceitou totalmente essa concepção de Deus que estava numa liturgia, que, por sinal, não entendiam, porque por sorte se rezava em latim. É verdade que o catecismo ensinava a mesma doutrina. Mas o catecismo nunca foi a regra dominante da fé popular. A fé popular transmitia-se de geração em geração pelas famílias, pelas mulheres sobretudo.

A figura de Deus foi substituída progressivamente por Maria. De Deus o povo tem medo, mas tem plena confiança em Maria. Ela é a verdadeira figura do Deus verdadeiro. Maria é o último recurso, aquela que compreende e perdoa. O povo ama Maria, mas não ama Deus, a não ser de boca para fora, para obedecer ao preceito que “obriga a amar a Deus”. Com Maria é diferente. Ela é o refúgio dos pecadores e o consolo dos aflitos. Há uma teologia oficial de mariologia defendida pela hierarquia, e há um teologia popular independente da teologia oficial.

## O Deus de Jesus

Há outra figura de Deus. Esta não procede do sentimento religioso da humanidade de acordo com as culturas. As religiões foram formadas pelos povos com muita variedade, embora tenham constantes. No cristianismo se manifesta a revelação de Deus. Não é mais o Deus formado pela cultura, mas o Deus que se revela. Pois, o cristianismo não é em primeiro lugar uma religião, mas a tradição da revelação de Deus. Deus deu-se a conhecer. Não somente por meio de palavras, como nos antigos profetas de Israel, o que ainda era muito balbuciante. Deus revela-se na vida de Jesus. Ele mostra o que Deus é de modo muito compreensível, porque não se trata de uma doutrina, mas de uma vida humana com todos os seus gestos e atos até a morte que revela o aspecto mais fundamental de Deus.

O Deus de Jesus é o Pai. Jesus não o chama de Deus, mas fala do Pai e com o Pai. O Pai revela-se no Filho. Pai e Filho são um. Jesus diz: o Pai e eu somos um só. Quem me vê, vê o Pai. Não se trata de fabricar imagens de Deus. Todas são falsas, porque O Pai é igual a Jesus. Ele é bem diferente das imagens que as religiões inventaram.



Jesus não é um homem “em geral” vivendo uma vida “em geral”. Ser homem é ser situado numa sociedade. Está implicado numa história. Um homem é rico ou pobre, e está implicado nos conflitos da história.

Em Jesus, o Pai não fez a experiência de uma humanidade “comum a todos” porque não existe humanidade “comum a todos”. Entre os seres humanos há dominadores e dominados, opressores e oprimidos, privilegiados e expulsos. O Pai escolheu, não podia ser tudo ao mesmo tempo. E o homem “em geral” não existe. O Pai fez a experiência de uma vida humana no meio dos oprimidos. Descobriu o que é ser oprimido, rejeitado, maltratado, condenado e crucificado.

Juan Luis Segundo descobre o problema no próprio pensamento de Hans Küng no seu livro “Ser cristão”. Küng escreve: “No está ni en la derecha ni en la izquierda, mas tampoco es simplemente un mediador entre ambas. Exactamente, él está más allá; verdaderamente más allá de todas las alternativas, que él mismo elimina de raíz. Está en su radicalidad: la radicalidad del amor, radicalidad sobria y realista, básicamente diferente de todos los radicalismos ideologizados” (p.762)

Isto quer dizer que, para Hans Küng, Jesus não era um homem verdadeiro. Estava fora da história, praticando um amor supostamente radical mas sem contato com a realidade concreta, um amor sem conteúdo, um amor para entes fora da história. Que amor pode ser esse? Como pode ser assim um amor eterno fora da realidade? O amor tão radical de Jesus seria um amor “igual para todos”, ignorando os conflitos, ignorando a diferença entre opressores e oprimidos? Se Hans Küng não reconhece a verdadeira humanidade de Jesus, imaginem os outros! Há um monofisismo latente em toda uma tradição teológica e litúrgica.

A teologia de Hans Küng não é substancialmente diferente da teologia do cardeal J. Ratzinger na sua famosa Instrução sobre a teologia da libertação. Ai está expressada a teologia medieval fundada no ser. O seu Deus é aquele que foi ensinado pela filosofia grega. Esta fornece os quadros do pensamento. E a humanidade é uma natureza, a mesma para todos. Todos os homens são a cópia da natureza humana. O homem está fora da história e Deus está em cima da história. O ser supremo não está na história. Não está nem à esquerda, nem à direita. Isso não tem significado para ele, porque não pertence à ordem do “Ser”. Deus



não tem nada tem a ver com a história. Está relacionado com “puras naturezas” sem história.

Que Jesus tenha sido condenado à morte pelo Império romano, não significaria nada. Poderia ser qualquer outro poder. Pois o Império fazia somente aquilo que Deus lhe tinha mandado fazer. Que Jesus tenha sido condenado pelas autoridades de Israel, também não tem significado, porque essas autoridades estavam tranquilamente executando o plano definido por Deus. Era preciso ter uma vítima para imolar, e o tempo, as circunstâncias, não teriam nenhuma importância. Deus tinha escolhido a vítima, e os que o mataram executavam simplesmente o seu “ministério”, que era matar. Tudo isso sem relação com a história dos povos. Assim como o sacrifício deste boi, em lugar de outro, não tinha nenhum significado histórico.

A partir do Deus entendido como “ser supremo”, a teologia chega a uma espiritualização do evangelho. “Espiritualização” significa aqui pertença a um mundo etéreo, extra-terrestre, que é propriamente o mundo de todas as mitologias. Faz de Jesus um ente mitológico, situado fora dos conflitos da história humana, e torna a sua morte um fato do mundo mitológico. Por isso, os teólogos aplicaram à morte de Jesus a teoria do sacrifício, comum a todas as religiões e presente no Antigo Testamento. Dizem que a morte de Jesus foi uma exigência do Pai para a expiação do pecado. O Pai exige a morte do seu Filho para poder perdoar. Esta é uma Ideia de mitologias antigas que ensinavam um Deus de temor e de ira.

Ora, Deus revelou-se. Sabemos o que ele pensa, o que ele quer, como está agindo. Tudo fica claro olhando a vida de Jesus. Primeiro, o Pai não quer ser contemplado como poderoso. O seu poder não tem nada a ver com as experiências de poder que temos na história. O seu poder manifestou-se na ressurreição de Jesus, mas não foi um fato que entrou na série dos fatos da história humana. Esse poder não impôs nada a ninguém. O Pai revela-se como amor, mas esse amor é historicamente orientado. Não se trata de um amor uniforme, igual para todos os seres humanos.

O Pai é conflitivo. Eis o que é difícil de reconhecer nas religiões estabelecidas, institucionalizadas. As instituições têm horror aos conflitos. Jesus esteve metido em conflitos, e sabia que assim fazendo estava fazendo a vontade do Pai. Jesus provocou o conflito. A sua mensagem



básica era sumamente conflitiva. Anunciou a proximidade do reino de Deus. Já isso era uma ameaça ao Império romano. Todos os judeus entenderam que Jesus anunciava o fim do reino de César. E as autoridades de Israel entenderam perfeitamente que Jesus colocava em perigo a aliança tácita que mantinham com o Império romano, o que lhes valia a liberdade das suas práticas religiosas. Jesus ameaçava as elites religiosas de Israel e todas as outras. Claro que Jesus sabia, e assim mesmo perseverou até o fim na sua atitude conflitiva. Era a vontade do Pai.

O conflito básico era, como ainda é, o conflito entre os ricos e os pobres. Os ricos são os que têm poder, os que podem impor a sua vontade aos outros. Graças ao seu poder, concentram nas suas mãos as riquezas, o prestígio, os privilégios. Submetem os pobres que devem trabalhar para eles por um salário miserável, o que os mantém num estado permanente de dependência e de humilhação. Os pobres são os que não têm poder, e por isso vivem das migalhas que lhes deixam os ricos e devem trabalhar a serviço deles. No tempo de Jesus a divisão era muito clara. No sistema religioso de Israel, a opressão dos pobres justificava-se por razões religiosas. Os pobres eram ignorantes das leis, que não observavam., Eram pecadores, e os poderosos nunca eram pecadores. A humanidade está numa situação de luta. Quem começa e continua a luta são os poderosos, porque querem dominar os pobres.

O reino de Deus seria a inversão da situação social estabelecida. Seria o advento de um novo modelo de sociedade. Os ricos seriam rebaixados e os pobres promovidos e haveria um mundo novo de justiça e de compaixão, assim com o tinham anunciado os profetas. Todas as elites privilegiadas entenderam muito bem a mensagem.

O Pai não queria reinar como faziam os reis e os governantes dos povos. Não queria impor a sua vontade, o seu projeto. Na queria contar com exércitos, com o dinheiro, com alianças com os poderosos. Aí estava Jesus mostrando bem a pobreza do Pai, totalmente desarmado. Jesus entraria como um dos pobres e ia despertar a esperança dos pobres. Não anunciou nenhum milagre para a transferência de um mundo para outro. Porém, depois da ressurreição, os discípulos entenderam que eram eles o começo do reino de Deus e que a missão deles seria estender esse reino no mundo inteiro. Era uma missão política. Pouco a pouco, o Império romano entendeu: esses homens eram ateus, e eram um perigo para a



tranquilidade do Império. Era preciso extirpar esse perigo. Por isso, as perseguições.

O Pai não pedia nenhum culto, não queria impor leis, não fundou nenhuma instituição, não pedia orações. O mundo novo seria um dom gratuito. Mas seria também uma tarefa. O Pai queria libertar o seu povo do pecado, gratuitamente. O pecado era a dominação dos ricos sobre os pobres, a humilhação, a marginalização permanente dos pobres. Era a injustiça fundamental, o pecado raiz de todos os pecados.

O Pai queria um mundo novo, como uma nova criação em que haveria vida para todos, a vida para aqueles que estavam sem acesso a ela. Queria reinar e queria que esse reino fosse construído pelos seus discípulos que eram naturalmente pobres também. O projeto do Pai era basicamente político, não como as políticas dos políticos tradicionais, que são instrumentos de dominação. Era uma política global, total, uma nova sociedade que os discípulos iriam estabelecer.

A morte de Jesus na cruz inscrevia-se nesse contexto. Jesus morreu porque anunciou o reino de Deus, o que ameaçava tanto o reino de César como o reino das autoridades religiosas de Israel. Era um ato político como queria o Pai. Os que o mataram entenderam muito bem que Jesus era o adversário que queria destruir a desordem estabelecida. Estava tudo claro na inscrição ao lado da cruz: “Jesus de Nazaré, rei dos judeus”. Não imaginavam a maneira como o Pai fosse estabelecer o seu reino. Até o fim temeram uma intervenção milagrosa para libertar Jesus da cruz. Mas o reino de Deus não era violento. O reino da justiça nasce pela missão dos discípulos.

Jesus viveu e morreu no conflito fundamental da história humana: a dominação de uma grande massa humana por uma elite que se atribui todos os direitos e todos os bens.

Com Jesus, o Pai também entrou no mesmo conflito. Pois o Pai estava com ele e nele. As três pessoas da Trindade nunca são separadas. Onde estava o Filho, Jesus, estavam também o Pai e o Espírito Santo. A metafísica nada nos diz sobre Deus, salvo o que ele não é. As religiões nada nos ensinam que não seja produto da imaginação. Deus revelou-se em Jesus: pela vida, pelos atos, pelas opções de Jesus. Pois Jesus fez exatamente o que o Pai queria e desse modo nos mostra como é o Pai.



Deus tem um projeto que é o objeto da promessa feita a Abraão: projeto de salvar a humanidade dessa dominação que é fonte de todos os pecados. O projeto do Pai é realizar neste mundo uma humanidade de justiça e solidariedade, uma humanidade de amor. Não quer realizar o seu projeto por meio dos poderes deste mundo, que são os poderes opressores. O fundamento da nova humanidade serão os próprios pobres, os chamados pecadores, os dominados, explorados, marginalizados das sociedades humanas. Assim é Deus. Não apareceu como poder. O “Deus todo poderoso e eterno”, das orações do missal romano, é o Deus da metafísica e do Império. A nossa liturgia foi profundamente contaminada e se afastou da revelação de Deus em Jesus. Os grandes deste mundo fizeram-se um Deus à imagem e semelhança deles, um Deus poderoso e eterno, ou seja, insensível às contingências do mundo. Esse Deus de tantas religiões é muito útil para os dominadores porque os justifica, e procura convencer os pobres que toda busca de liberdade seria pecado contra ele.

Nesta figura de Deus, os pobres ocupam um lugar central. Tudo gira ao redor deles. A história humana é o objeto da revelação de Deus, e é nessa história que podemos conhecer o verdadeiro Deus, nosso Pai.

O Pai revela-se nos pobres, mas não precisamente nos sofrimentos dos pobres. Os dominadores inventaram uma teologia cínica em que os sofrimentos dos pobres são positivos porque, por meio dos sofrimentos, os pobres merecem uma eternidade feliz no céu depois da morte. O sofrimento na vida presente seria um privilégio, porque, graças a ele, os pobres teriam um lugar privilegiado no céu. Foi uma teologia blasfematória, que ainda é invocada pelos dominadores para justificar os sofrimentos que infligem aos pobres.

Outros são mais bondosos, e entendem que os pobres existem para que possamos ajudá-los com as nossas esmolas. No fundo, esta explicação é tão cínica como a outra, apesar de uma aparência mais humana.

Na revelação de Deus, os pobres são a esperança do mundo, porque é por eles que se constrói o reino de Deus. Eles são a verdadeira Igreja, independentemente da religião que praticam ou não praticam. O seu lugar não é recompensa de suas possíveis virtudes, mas um dom gratuito de Deus, a “graça” como se dizia antigamente. A missão dos



cristãos é proclamar essa mensagem no mundo inteiro, para que todos os pobres colaborem.

Uma breve observação para responder a uma objeção. O que pensa Deus dos ricos? Há no evangelho uma resposta muito clara a esse respeito porque um rico veio fazer essa pergunta a Jesus. Mas há também cada vez mais uma classe de técnicos, pessoas formadas para que o sistema econômico, político e cultural possa funcionar. Têm uma condição melhor do que a dos pobres. Mas não são ricos e estão na dependência dos ricos. O que acontece com eles?

O desenvolvimento técnico por si mesmo não constrói a justiça nem a solidariedade. Então, tudo depende da situação dos técnicos. Onde se situam? Os seus serviços e as suas capacidades estão a serviço de quem? Estão a serviço do crescimento da sociedade estabelecida, ou seja, da injustiça, ou estão a serviço da libertação dos pobres? Cada um responde por si mesmo. Os pobres precisam de todas essas capacidades para construir um mundo novo. Mas a esperança e a vontade de construir esse mundo está nos pobres. Somente eles têm o poder de Deus.

As duas figuras de Deus podem misturar-se na mesma pessoa, e podemos presumir que esse caso é frequente. Mas elas são bem distintas, e os episódios das suas penetrações nos cristãos constituem a história da Igreja. Pois, esta dependeu em parte das circunstâncias exteriores, mas sobretudo da dinâmica interna da tensão entre essas duas figuras de Deus. A questão dos pobres na Igreja está ligada a essa história.

Há duas tradições na Igreja. Há a tradição presente no Novo Testamento e transmitida de geração em geração, sobretudo nas famílias pobres ou nos grupos proféticos. Nessa tradição encontramos Papas, mas nem todos, bispos, mas nem todos, sacerdotes, mas nem todos, e leigos, mas nem todos. A maioria são pobres, mas há também ricos que se fizeram pobres e colocaram as riquezas a serviço dos pobres.

Há outra tradição essencialmente “religiosa”, que transmite toda a herança da simbiose com outras religiões. É uma tradição conservadora do passado, embora esse passado se tivesse construído na história. Tudo aquilo precisa ser estudado, examinado com discernimento, porque há elementos que se podem conciliar com o evangelho e outros que não se podem conciliar. A religião não vale em si mesma, mas pelos serviços



que pode prestar ao evangelho. Essa tradição tem muita visibilidade. Quando a mídia evoca a Igreja, fala sempre dessa tradição, fazendo dela a maior propaganda. No entanto, o critério são os pobres. E cada tradição tem uma maneira de se relacionar com os pobres..

## A profecia

O que é a profecia, já aparece muito claramente nos profetas do Antigo Testamento. Os profetas são as pessoas que, enviados por Deus e por nenhuma autoridade humana, sem nenhum papel oficial na sociedade, denunciam a corrupção do povo de Israel e em particular das suas elites. Pois estas abandonam o verdadeiro Deus que falou a Abraão anunciando a promessa, para adotarem o culto do Deus de outras religiões. Abandonam a figura de Deus revelada a Abraão, e adotam a figura de Deus de religiões pagãs. Esses deuses são falsos e mentirosos. Quando Israel se deixa enganar por eles, a corrupção afeta toda a sociedade. Os falsos deuses exaltam o poder dos reis e de todas as autoridades. Por isso são tão facilmente introduzidos por elas.

Quando Israel adota outros deuses, abandona os pobres. Cresce a injustiça, a violência, a opressão. Tudo isso recebe o apoio dos falsos deuses. A opressão dos pobres é o sinal da penetração da religião da figura de Deus comum à humanidade, mas diferente do Deus das promessas feitas a Abraão.

Por isso, os profetas são os defensores dos pobres. O seu Deus quer justiça e misericórdia. Os pobres são os sinais que carregam as promessas feitas a Abraão. São os membros do verdadeiro povo de Deus, encarregados de preparar a realização dessas promessas. Oprimir os pobres é aceitar abandonar o projeto de Deus e fazer de uma religião o centro da vida social e pessoal. Por isso, os profetas denunciam os sacrifícios, denunciam os vícios dos sacerdotes e dos reis que encontram nessa religião a legitimação da sociedade que oprime. Não se opõem a todas as religiões, mas denunciam os vícios que elas encobrem e a traição que elas são frequentemente ao Deus verdadeiro.

Jesus foi profeta e modelo definitivo de todos os profetas futuros. Dirigiu-se para os pobres e fez todos os sinais que anunciavam a sua futura libertação. Iniciou o movimento de libertação sendo pobre no meio dos



pobres, socorrendo os necessitados, os doentes, acolhendo os pecadores. Lançou um movimento de esperança no meio dos oprimidos e ensinou aos discípulos como devia ser o mundo no reino de Deus.

Jesus fez oposição a todo o sistema religioso do seu tempo: os sacerdotes, os doutores, os poderosos chefes de grandes famílias. Denunciou a falsidade da religião que tinham instalado. Tornou manifesta a hipocrisia das suas manifestações religiosas que legitimavam a opressão dos pobres, tratados como pecadores. Suscitou a hostilidade de todos os chefes da religião e de todos os poderosos. Não sobreviveu muito. Depois de pouco tempo, todos os seus inimigos unidos provocaram a sua condenação à morte. Assim acontece com os profetas que se atrevem a levantar a voz para criticar os que mantêm o sistema de dominação em nome da religião. Tudo isso foi tantas vezes explicado que não é preciso insistir.

O que é menos conhecido é o papel dos profetas depois de Jesus. Disso não se fala nos livros sobre a Igreja, nem nos livros de história da Igreja, nem na catequese. No entanto, logo depois de Jesus apareceram novos profetas, e apareceram em todas as épocas da história de Igreja, ainda que não tenham recebido esse título.

Já no Novo Testamento aparecem profetas e eles tiveram uma autoridade grande na Igreja, pelo menos até meados do século II. Não vou fazer aqui essa história porque os leitores interessados poderão consultar o meu livro publicado por Paulus *A profecia na Igreja* (2008).

O que é menos conhecido é a correlação entre o lugar dos pobres no cristianismo e a figura de Deus que predomina: o Deus dos evangelhos, o Pai de Jesus, ou o Deus comum das religiões e das filosofias, que é também o Deus que combateram os profetas no Antigo Testamento. Onde predomina o Deus dos evangelhos, os pobres terão um lugar privilegiado. Se predomina o Deus comum, os pobres não terão nenhum lugar importante, mas poderão pedir esmola na porta da Igreja, e ser beneficiários das obras de caridade.

O problema de Deus apareceu desde as origens da Igreja. Os primeiros cristãos eram judeus. Quando aceitaram Jesus, não se esqueceram imediatamente de toda a sua religião anterior. O seu Deus era o Deus do Antigo Testamento, interpretado pelos doutores no sentido denunciado



por Jesus. O título de Pai que usava Jesus, desapareceu em pouco tempo. Claro está que muitos discípulos judeus trataram de integrar a herança de Jesus na sua tradição judaica, sem perceber as novidades radicais propostas por Jesus.

Os próprios apóstolos não entendiam bem a mensagem de Jesus. Os evangelhos insistem muito nesse ponto. Eles também estavam impregnados pela religião judaica dos doutores e dos sacerdotes. Depois da ressurreição, foram descobrindo pouco a pouco que começava uma nova história e que Jesus não voltaria tão cedo.

O evangelho de Marcos, o mais antigo, escrito mais de 40 anos depois da morte e da ressurreição de Jesus, já é uma profecia. Não é uma biografia de Jesus, mas uma obra de defesa do verdadeiro Jesus. O autor dá-se conta de que já se estava mudando a mensagem de Jesus, reintegrando o judaísmo. Sentiu o perigo e quis recordar o que Jesus realmente disse e fez, com todo o rigor do distanciamento da religião judaica. Também esse evangelho explicita claramente que a mensagem do reino é para os pobres, os pecadores, os oprimidos. Os outros evangelhos seguiram o caminho assim aberto, embora com interesses próprios, cada um de acordo com o ambiente em que foi escrito. Era preciso explicitar com muita força que o evangelho era para os pobres, porque na tradição judaica os pobres eram marginalizados e condenados como pecadores.

Mais tarde, depois da separação com os judeus no final do século I, os cristãos adotaram o Antigo Testamento e o trataram à sua maneira. Estavam inspirados pela tradição dos apóstolos segundo a qual Jesus tinha sido anunciado no Antigo Testamento e era a realização perfeita do Antigo Testamento. Os primeiros discípulos leram o Antigo Testamento para descobrir nele as alusões a Jesus e entender melhor o que foi Jesus.

No entanto, bem depressa houve desvios. Em lugar de interpretar o Antigo Testamento à luz do Novo, entenderam o Novo a partir do Antigo. Ora, no Antigo Testamento estão as duas figuras de Deus. Quem tinha sido educado segundo a tradição judaica contemporânea de Jesus, bem podia não entender a novidade do Pai e continuava invocando o Senhor como no templo de Jerusalém.

Dessa maneira entraram na Igreja muitos elementos do Antigo Testamento que Jesus tinha descartado. Entrou a teoria e o sistema sacrificial



reinterpretado. Mas essa re-interpretação tirava a originalidade do evangelho. Procuraram um novo sacrifício para substituir os antigos. Apesar de que a carta aos Hebreus proclamava que Jesus tinha suprimido todos os sacrifícios, restauraram os sacrifícios graças a exercícios mentais muito complicados, que permitiram considerar a eucaristia como sacrifício. Os sacrifícios exigiam sacerdotes e por isso os bispos e presbíteros foram investidos da qualidade de sacerdotes e a eles foi reservada a celebração da eucaristia, que deixava de ser uma refeição comunitária como memorial da morte de Jesus, para ser um sacrifício oferecido por sacerdotes. Isto permanece até hoje, embora não haja nada nos evangelhos ou no Novo Testamento que possa dar apoio a esse sistema. Na mesma linha começaram a construir templos e os Imperadores cristãos abundaram nesse sentido. A eucaristia já não se realizava nas casas, mas somente nos templos. O contrário daquilo que quis Jesus, que não realizou a última ceia no templo e sim numa casa particular.

Progressivamente, sobretudo desde o século II, a reunião comunitária dos discípulos para recordar o evangelho de Jesus, sua vida e sua ressurreição, foi substituída pelo culto. Deu-se prioridade ao culto a Deus, e já o culto não se dedicava ao Pai. Por sinal, o Pai nunca tinha pedido um culto. Jesus foi tratado como objeto de culto, mais do que como companheiro na grande viagem da missão no mundo. Não era aquele que se escutava, mas aquele a quem se atribuía um culto. Esse culto nunca deixou de crescer depois.

No entanto, o culto é ambíguo. Pode ser ato simbólico, ato de devoção interior que se desenvolve de tal maneira que se deixa de lado o que Jesus realmente queria: o reino de Deus neste mundo. Muitos sinais parecem mostrar que muitos cristãos caíram nesse defeito. A prioridade foi dada ao culto. Até hoje muitos católicos acham que o cristianismo é um culto, e para os não-católicos está claro que é um culto, porque é a única coisa que se mostra claramente. Que o cristianismo possa ser o caminho para mudar o mundo não cai na mente de quase ninguém. Ora, no culto não há nada que se refira aos pobres. Os pobres desaparecem do horizonte cristão, a não ser pelas esmolas na porta da Igreja depois do culto.

A partir do segundo século, com certeza a maioria dos cristãos eram de origem pagã e somente uma pequena minoria era de judeus. Ora, os pagãos trouxeram dentro das comunidades cristãs todo o seu fundo



cultural. Não perderam de um dia para outro toda a sua formação prévia. Não podiam em pouco tempo passar do paganismo para o cristianismo, do Deus tradicional da sua cultura para o Deus de Jesus.

O que teve mais repercussão na Igreja foram as seitas gnósticas, misturando temas de filosofia neo-platônica com mitologias e elementos da tradição cristã. O resultado dessa penetração foi um cristianismo espiritualizado, mais de salvação individual do que mundial. Nessas teorias, a mensagem do cristianismo podia dissolver-se facilmente. Houve reações fortes. A obra de S. Irineu foi um eloquente testemunho da fé no evangelho na sua pureza. Claro está que nas seitas gnósticas a pobreza não tinha significado. Todos os fenômenos materiais perdiam o seu valor.

Com a integração da Igreja no Império romano no século IV, a ideologia imperial entrou profundamente na teologia oficial da corte e influenciou grandes setores da Igreja, sobretudo no Oriente. Cristo foi representado como Imperador e Deus era o super-Imperador. Os atributos do poder foram destacados com muita força. A ideologia imperial teve muita influência nas liturgias cristãs e ela ainda sobrevive nas liturgias atuais. O clero separou-se cada vez mais do povo cristão. Estava revestido dos sinais de poder. Até hoje nas grandes liturgias o bispo aparece como um grande senhor, um governante do mundo com todos os sinais dos reis e dos nobres: o bastão de mando, o anel, o chapéu de governador, o manto imperial, até os sapatos de cor, e o brasão, que fazem dele como um ente celestial que já não se parece mais com os humildes seres humanos que o aclamam.

Com a integração no Império, muitos cidadãos do Império tornaram-se cristãos por motivos políticos ou culturais, o que enfraqueceu a presença do evangelho. Eles traziam o seu Deus comum e nem sequer perceberam que o Pai de Jesus era bem diferente. Quando se adotou o costume de batizar os recém-nascidos, a mensagem própria do evangelho permaneceu ignorada pela maioria dos que foram batizados na infância. O batismo deixava de ser o sinal da conversão ao evangelho para ser apenas a celebração do nascimento. A liturgia do batismo ficou por conta dos sacerdotes, porque os católicos nada entendiam disso. Esta situação perdura até hoje.



Esta evolução provocou uma reação extraordinária. O movimento monástico foi um imenso protesto contra a corrupção da Igreja, a volta ao evangelho e a escolha de uma vida de pobreza absoluta. Os monges foram os pobres e representavam a Igreja dos pobres. Durante séculos os monges foram os que transmitiram a tradição evangélica. No Oriente os monges nunca atingiram o nível de riqueza que tiveram no Ocidente. Por isso não precisaram de tantas reformas e fundações novas.

No Ocidente, com a queda do Império romano, entraram muitas tribos que vinham da Ásia e se instalaram. Traziam cada qual a sua religião. Aos poucos, todos os chefes “bárbaros” adotaram o cristianismo, que lhes trazia os despojos da cultura romana e lembranças de leis e estruturas políticas. Os chefes impuseram o cristianismo a todos os membros da tribo. Pode-se imaginar o que essas massas humanas entendiam do cristianismo. Foram evangelizados esporadicamente pelos monges, mas o resultado foi muito variável entre as regiões da nova cristandade.

Muitos conservaram as estruturas mentais do seu politeísmo original. A Igreja lutou para extirpar todas as expressões exteriores da “idolatria”, mas não podia mudar as estruturas mentais desses povos. Estas estruturas encontraram novas expressões dentro do sistema cristão. O culto às forças da natureza foi substituído pelo culto aos Santos, e as práticas desse culto foram as práticas do seu culto anterior. Dos Santos e das suas relíquias se esperava a saúde, a libertação das calamidades, da guerra, e das epidemias. Deus estava longe, na origem de tudo, mas na vida de cada dia, intervêm os Santos. Era preciso merecer os benefícios pedidos. Havia uma multiplicidade de atos de culto indispensáveis para conseguir a atenção deles.

Esses atos de culto eram comuns aos ricos e aos pobres. Não tocavam no problema das estruturas sociais de dominação que estavam na base de tantas calamidades. Esses povos não sabiam ler. Não sabiam o latim e não havia escritos feitos na sua língua. Foi somente depois do ano 1000 que começaram aos poucos a escrever alguns escritos em língua popular. Quanto aos evangelhos, nem pensar! Eram reservados aos monges. Os sacerdotes eram ignorantes demais para conhecer a Bíblia, que, por sinal, era muito cara.

Podemos presumir que uma aproximação da figura do Deus verdadeiro já estava no coração de muitos desses pagãos batizados. Mas era algo vivido e inconsciente.



Muito importante foi a entrada do movimento penitencial, provavelmente em grande parte desde Irlanda, mas também de outras origens. A vida cristã tornou-se muito penitencial. Multiplicaram-se as práticas penitenciais, porque se tinha que conseguir o perdão dos pecados. Esse penitencialismo não deriva do cristianismo, mas os seus autores foram buscar na Bíblia textos que o recomendavam, textos situados fora do contexto. A vida tornou-se vida de luto : cada defunto da família exigia anos de penitência. Cada alma precisava de muitas missas para sair do purgatório. A prática do jejum se aplicava durante mais de 70 dias por ano. Havia muitas orações obrigatórias que deviam ser recitadas com as palavras exatas.

Os cristãos tornaram-se multidões de suplicantes. Muitos faziam a peregrinação à Terra Santa, ou a Roma ou a Santiago de Compostela ou aos inúmeros santuários menos famosos, para conseguir o perdão dos pecados. Esse cristianismo penitencial somente começou a desaparecer ou a diminuir notavelmente no século XX. Agora está praticamente desaparecido. O crescimento do bem-estar e da medicina desprestigiaram as práticas penitenciais. Hoje somente os membros do Opus Dei ainda praticam a auto-flagelação e usam o cilício para conseguir o perdão dos seus pecados (que provavelmente não são poucos).

Em certos casos o movimento penitencial foi orientado por alguns grupos no sentido de uma revolta dos pobres contra a dominação da qual eram vítimas. Na maioria dos casos, o movimento penitencial era puramente religioso e cultural.

Na história da cristandade ocidental, houve sempre tensão entre uma tradição profética e evangélica que procura lembrar o Deus verdadeiro revelado na vida de Jesus, e um imenso sistema religioso centrado num Deus comum, diferente do Deus de Jesus. Este sistema religioso foi durante muitos séculos a própria civilização ocidental, porque envolvia todos os aspetos da vida pessoal e social. Chegou-se a definir o cristianismo como uma religião. Quando os ocidentais conquistaram o mundo, foram acompanhados por legiões de missionários que procuraram integrar os povos conquistados nessa religião. Pois, o que ofereceram aos povos colonizados foi uma religião. Não foi o evangelho de Jesus Cristo, salvo honrosas exceções.



Os camponeses, que eram a imensa maioria da população até meados do século XX, fizeram inúmeras revoltas contra a sua miséria. Estas estavam muitas vezes inspiradas por motivos evangélicos, a esperança dos pobres despertada por Jesus. Nunca tiveram o apoio do clero, totalmente ligado à classe dos nobres e dos proprietários. Foram tratados como hereges e exterminados.

No século XIX apareceu uma nova classe de pobres: a classe dos operários da indústria. Começou um movimento de revolta dos operários para conseguir condições de vida mais humanas, porque eram tratados como escravos ou pior do que os escravos. Alguns sacerdotes e alguns poucos bispos souberam o que estava acontecendo e entenderam a luta dos pobres. Alguns entenderam que essa luta cabia dentro da esperança messiânica de Jesus e deram apoio. A maioria da hierarquia e do clero, porém, permaneceu ao lado dos donos da indústria e invocaram a condição da Igreja : a missão da Igreja era religiosa e não política ou social. Ainda hoje, para muitos essa é a doutrina oficial. Qualquer intervenção na libertação dos pobres é vista como algo eventualmente tolerável, mas secundário e não afeta a natureza do cristianismo.

Foi preciso esperar a segunda metade do século XX para descobrir e explicitar publicamente o que é realmente o Deus de Jesus. Mesmo assim, a maioria da hierarquia e do clero não o entende e permanece fiel à visão religiosa, como se a religião fosse um fim em si, um valor absoluto e definitivo, uma realidade intocável e sempre legítima.

O resultado é conhecido: os pobres estão longe da Igreja, salvo em alguns setores em que se viveu uma teologia dos pobres e da libertação. Os pobres podem acreditar num Deus que entendem segundo a tradição profética transmitida pela tradição de família, mas não acreditam no sistema eclesiástico.

O Documento de Aparecida renova a opção pelos pobres, mas de forma muito ambígua: não se sabe se reconhece que a Igreja são os pobres, que os missionários são os pobres, ou se se entende que a Igreja deve preocupar-se com os pobres e aliviar os seus sofrimentos, pedindo justiça, mas só de palavra, porque não intervém em casos concretos sendo a Igreja essencialmente religiosa. Quem nos explicará o que os bispos realmente queriam? Sabemos o que Roma quer, mas não sabemos o que os bispos e o clero latino-americano querem. Quem nos explicará?